



Componente 16 - Empresas 4.0

Código do investimento: TD - C16- i01 – “Capacitação Digital das Empresas”

Objetivo principal: É comumente reconhecido que um dos principais obstáculos à digitalização das PME é a lacuna de conhecimentos digitais, causada pelos baixos níveis de literacia digital entre os proprietários, gestores e colaboradores. Deste modo, a melhoria do desempenho das empresas é indissociável do investimento nos seus trabalhadores e nas suas competências, bem como de um investimento em serviços e em plataformas públicas que contribuam diretamente para esse objetivo. Neste sentido, é importante aumentar as competências digitais da população ativa empregada, incluindo funcionários e empresários, com especial enfoque nas empresas dos setores da indústria, comércio, serviços, turismo e agricultura, de modo a incrementar o número de trabalhadores digitalmente qualificados e melhorar a competitividade e resiliência das empresas, contribuindo assim também para a manutenção e criação de emprego. Além disso, este investimento contribuirá para aumentar o número de postos de trabalho qualificados nas empresas existentes e fomentar a criação de novas empresas. Serão criados dois programas de formação interligados, com abordagens inovadoras e que visam colmatar lacunas nas competências digitais dos trabalhadores (funcionários e empresários) e das empresas. Espera-se que estes investimentos influenciem novas políticas e contribuam para a evolução das práticas de capacitação e formação profissional ao longo da vida dos trabalhadores. Bem como influenciar a capacidade das empresas em enfrentarem os desafios e aproveitarem as oportunidades trazidos pela tecnologia.

Este investimento será efetuado através de 2 programas:

1. • "Academia Portugal Digital" – plataforma e programa de desenvolvimento de competências digitais em larga escala que deverá permitir aos trabalhadores do setor empresarial: (1) produzir

uma autoavaliação do atual nível de competências digitais, considerando o quadro português de competências digitais (QDRCD) baseado na DigComp; (2) receber um plano personalizado de capacitação em competências digitais com metas concretas, considerando níveis individuais em cada domínio, objetivos pessoais e exigências específicas do mercado de trabalho (atuais e futuras) podendo este ser articulável com as necessidades de aquisição de competências de modo mais englobante, para favorecer trajetos de conclusão de níveis de qualificação; (3) aceder a recursos de formação online que permitam adquirir novas competências e atingir os objetivos pré indicados; e, (4) desenvolver um passaporte pessoal que discrimine e centralize a informação das competências digitais do trabalhador (em articulação sempre que justificável com outras sistemas já existentes, nomeadamente o passaporte Qualifica). Relativamente ao tecido empresarial, esta plataforma deve também permitir uma avaliação das competências digitais de cada empresa participante e contribuir para a identificação de prioridades de formação contínua, recrutamento e investimento.

O programa prevê os seguintes recursos: (1) Uma plataforma online que suporta todas as funções descritas anteriormente; (2) Mapas de percursos de formação profissional em competências digitais; (3) Ferramentas de autoavaliação de competências digitais; (4) Novos recursos formativos em competências digitais, bem como a ligação a outras plataformas online e o encaminhamento para formações presenciais e mistas; (5) Uma equipa de gestão e monitorização, a quem caberá também assegurar a produção de dados desagregados que entre outras dimensões devem permitir aferir o cumprimento das estratégias e legislação aplicáveis, com destaque para o respeito pelo equilíbrio de género no conjunto do programa. As recomendações de formação presencial ou mista que serão dadas no âmbito da plataforma, integrarão sempre que justificável o programa “Emprego + Digital 2025” descrito mais à frente. A plataforma será desenvolvida e gerida pela Estrutura de Missão Portugal Digital (EMPD), em estreita articulação com os organismos públicos responsáveis por este domínio de política pública - IEFP, ANQEP e FCT, que serão responsáveis no domínio das suas competências pela mobilização de participantes, definição dos referenciais de competências e de formação e alojamento de conteúdos. Serão efetuadas interligações com os sistemas de informação destas entidades públicas sempre que justificável. Outros parceiros públicos e privados serão envolvidos no projeto, nomeadamente: as instituições de ensino superior, centros de formação, plataformas online de formação, fabricantes de software, bem como outros stakeholders públicos e privados que contribuam com recursos adicionais de capacitação e com know-how em domínios específicos. As confederações e associações empresariais serão parceiros fundamentais na identificação das áreas de formação pertinentes para a atividade empresarial,

conceção e divulgação do programa, bem como na mobilização das empresas e dos trabalhadores. No mesmo sentido, os sindicatos serão chamados a desempenhar um importante papel, não só na mobilização dos formandos como também participando no desenho dos percursos formativos. A participação destes parceiros no processo ocorrerá em termos semelhantes ao que já sucede no âmbito dos conselhos setoriais para a qualificação, onde são auscultados parceiros sociais e stakeholders públicos e privados, nomeadamente no que diz respeito ao desenho dos percursos formativos e Unidades de Formação (UFCD) a integrar no Catálogo Nacional de Qualificações. A mobilização dos formandos deve ser feita respeitando o equilíbrio de género no conjunto do programa e incluir mecanismos que incentivem a participação do sexo sub-representado nos vários setores. Por fim menciona-se que esta plataforma se encontra disponível para qualquer trabalhador, independentemente da sua localização. Pelo que este modelo é um contributo para promover a coesão territorial, principalmente em áreas rurais e/ou de baixa densidade onde o acesso e a diversidade da oferta formativa são menores.

2.º "Emprego + Digital 2025" - programa de capacitação em tecnologias digitais que visa responder aos desafios e oportunidades de diversos setores empresariais nomeadamente indústria, comércio, serviços, turismo, agricultura, economia do mar e construção, fortemente impactados pelos processos de transformação digital e pela pandemia do COVID19. Este programa é uma vertente de especialização da "Academia Portugal Digital" operacionalizando a capacitação em formato de ensino presencial e misto. O programa é dirigido a trabalhadores de empresas independentemente do nível de competências digitais que possuam, devendo contribuir para a melhoria das mesmas em alinhamento com as necessidades específicas do setor empresarial e da área de negócio onde se inserem. O programa será gerido pelo IEFP e implementado em parceria com a EMPD, as confederações empresariais, as associações empresariais associadas das confederações (com destaque para aquelas que tenham centros de formação próprios), centros de formação públicos e privados e instituições de ensino superior. Estes parceiros, em colaboração com o IEFP, irão identificar os conteúdos formativos relevantes, alinhados com as necessidades específicas da transformação digital empresarial, em particular os desafios e oportunidades da indústria 4.0 e do impacto do COVID-19, promover a realização de ações de formação e garantir que se verifica um aumento global das competências digitais dos trabalhadores das empresas. A operacionalização do programa será precedida de acordos de cooperação entre o IEFP, a EMPD e cada uma das confederações setoriais. Este alinhamento é fundamental para o sucesso do programa e para a sustentabilidade futura dos postos de

trabalho e segue o modelo do programa “Emprego + Digital” lançado em 2020. Sempre que justificável, este projeto irá articular-se com os restantes investimentos da presente componente. Os sindicatos serão chamados a desempenhar um papel neste programa, não só na mobilização dos formandos como também participando no desenho dos percursos formativos, nos termos mencionados no programa anterior. O programa incluirá: (1) Identificação das necessidades transversais e específicas dos sectores empresariais, considerando os atuais níveis de competências e os desafios e oportunidades que cada subsector e área de negócio enfrentam (incluindo desafios em matéria de obsolescência laboral e equilíbrio de género); (2) Melhoria dos conteúdos de capacitação existentes e/ou desenvolvimento de novos conteúdos e recursos necessários para implementar o programa; (3) Desenvolver um programa de capacitação de competências digitais em larga escala que satisfaça estas necessidades pré-identificadas; e (4) Monitorizar continuamente as necessidades das empresas e do esforço de recuperação e desenvolvimento económico, de modo a garantir que o programa permanece atualizado. A monitorização inclui a desagregação de dados, que entre outras dimensões, deve permitir aferir o cumprimento das estratégias e legislação aplicáveis, com destaque para o equilíbrio de género e a garantia de igual participação de mulheres e homens. Esta nova metodologia deverá ser capaz de contribuir para uma mudança na forma e no conteúdo da formação profissional, tendo em conta a realidade económica, social e tecnológica atual e prever quais serão as tecnologias digitais necessárias no futuro a curto e médio prazo. A longo prazo, pretende-se que este investimento resulte numa transformação dos processos de investimento na capacitação em competências digitais, mudando a forma como é desenvolvida a oferta formativa e a sua adequação às exigências do mercado de trabalho, mas também a forma como as empresas identificam necessidades de competências em função da evolução tecnológica e económica. Este investimento terá reflexos em novas práticas nas políticas públicas e nas estratégias empresariais.

No contexto destes 2 projetos, as instituições de ensino superior (IES) serão responsáveis por produzir formações online e ministrar algumas das formações presenciais em competências mais avançadas. O envolvimento das IES resultará por sua vez em diversos efeitos complementares que contribuirão para a evolução do posicionamento tradicional do ensino superior no que diz respeito: à aproximação dos conteúdos formativos às necessidades práticas do mundo laboral e empresarial, a diversificação de atividades e fontes de financiamento e a capacitação dos próprios docentes. Sem prejuízo do foco destes programas estar no setor empresarial, atendendo à relevância da economia social em Portugal, que representa 3% do VAB e 6,1% do emprego renumerado, as iniciativas de capacitação integrados neste investimento,

serão estendidos aos trabalhadores das entidades que compõe este setor. O número de trabalhadores deste setor a envolver encontra-se integrado nas metas e em linha com a proporção do seu peso no total nacional. À semelhança do que se pretende efetuar com os restantes setores económicos, as associações representativas da economia social serão convidadas a participar na definição das áreas de formação e na implementação do programa.

Região de intervenção: Território nacional, NUT II

Beneficiários finais: Empresas; Entidades Públicas.

Beneficiário Intermediário: IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P

Data de assinatura do contrato com a EMRP: 22-11-2021

Data de conclusão: 30-09-2025

Investimento total PRR: 100 milhões de euros (Academia Portugal Digital: 6 milhões de euros; Emprego + Digital 2025: 94 milhões de euros)